



UFMG

Boletim

Nº 1.721 - Ano 37 - 29.11.2010

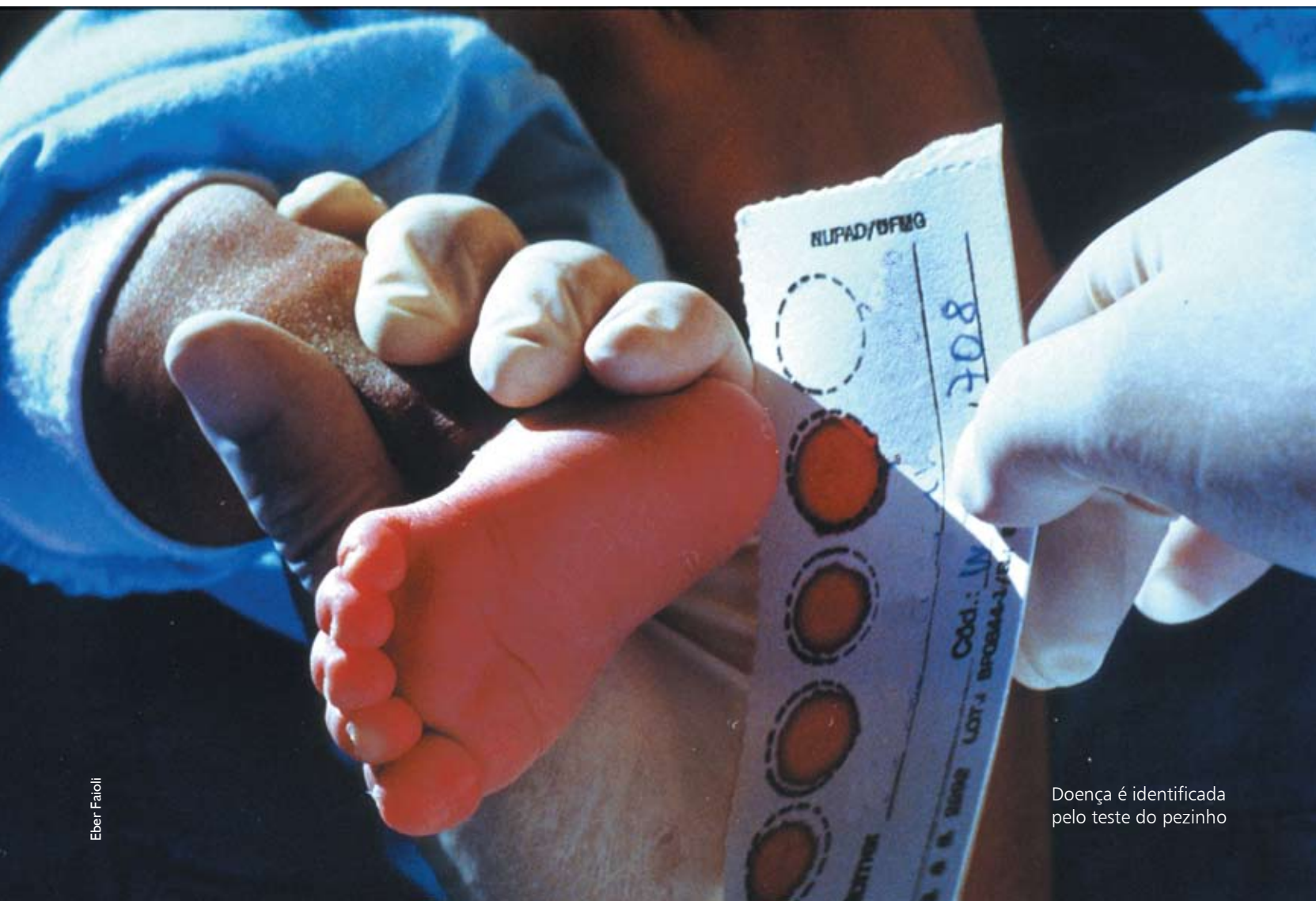
Anemia **MISCIGENADA**

Mais um golpe na noção de doenças étnico-raciais acaba de ser dado por estudo desenvolvido pela pesquisadora Maria Clara Fernandes da Silva. Autora de tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Genética do ICB, ela pesquisou padrões geográficos de ancestralidade genômica em Minas Gerais para a anemia falciforme e constatou que a doença alcança índices intermediários de miscigenação (origens africana e europeia) em mais de 70% dos seus portadores.

Montes Claros recebe recursos para centro de pesquisa

Página 5

Página 4



A problemática dos cursos de **RESIDÊNCIA NÃO MÉDICA** no Brasil

Gilcinéa de Cássia Santana*

A instituição de programas de residência para profissionais não médicos no Brasil vem ocorrendo de maneira informal desde a década de 60, materializando proposta das diferentes profissões da área da saúde para qualificar seus alunos por meio do treinamento em serviço de longa duração, nos moldes da Residência Médica. Questões ligadas à regulamentação e à padronização de tais programas são uma preocupação antiga.

O primeiro programa de que se tem notícia foi o de Residência em Enfermagem, em 1961. A Residência Médica foi regulamentada oficialmente em 1977 pelo Decreto 80.281. Posteriormente, vários cursos de residência em outras áreas profissionais foram criados. A maior parte não foi, até o momento, reconhecida pelo MEC e vem sendo oferecida, as vezes com financiamento público ou privado, em formato de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A maioria desses cursos toma como base as atuais residências médicas do país. Sem o reconhecimento do MEC, eles apresentam grande diversidade na estrutura curricular e cargas horárias. A falta de reconhecimento dos cursos de residência pelo MEC está associada ao não estabelecimento de normas para credenciamento, avaliação, acreditação e financiamento dos programas de residência. O reconhecimento desses programas garante maior credibilidade já que todo o processo de infraestrutura, casuística, orientação e organização é avaliado.

A partir de 2005, os ministérios da Educação e da Saúde criaram duas modalidades de especialização: a Residência em Área Profissional de Saúde e a Multiprofissional em Saúde. Destinadas a profissionais de saúde, elas são regulamentadas pela Portaria Interministerial 45, de janeiro de 2007, que abrange as seguintes áreas: biomedicina, ciências biológicas, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional. Esses cursos são reconhecidos pelo MEC e financiados pelo Ministério da Saúde.

Dessa forma o MEC reconhece apenas três modalidades de residência no Brasil:

a Médica, destinada aos médicos, e as residências em Área Profissional de Saúde e a Multiprofissional em Saúde, oferecidas a profissionais de áreas correlatas.

A implantação das residências em Área Profissional de Saúde e a Multiprofissional em Saúde não extinguiram os cursos de residência por área profissional, uma vez que sua proposta pedagógica deveria estar afinada com os princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família (PSF) e com o Sistema Único de Saúde (SUS). Diversas áreas de concentração dos programas de residência não possuem essa abrangência. Desta forma, continuamos com as questões do não reconhecimento dos cursos pelo MEC.

No âmbito da Veterinária, essa modalidade especial de ensino existiu sem padrões definidos por mais de 30 anos. A primeira medida concreta de reconhecimento e certificação foi tomada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), o único órgão ainda hoje a regulamentar a residência na área no Brasil. O CFMV criou a Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária e instituiu a Resolução 895, de 2008, que estabelece diretrizes nacionais de regulação dos padrões de qualidade dos programas, as normas de credenciamento e reconhecimento dos cursos. Enfim, realiza uma função que caberia ao MEC.

Mesmo sem reconhecimento federal, o número de programas de residência em Medicina Veterinária aumentou 87,5% nos últimos dois anos, passando de 32 para 60. Dentre os programas existentes, apenas 33% são reconhecidos pelo CFMV. Os programas reconhecidos pelo CFMV aumentaram 25% no mesmo período. Dos 20 cursos hoje reconhecidos pelo CFMV, 55% são ofertados por instituições privadas de ensino, 25% por instituições públicas federais e 20% por públicas estaduais. As regiões Sul e Sudeste concentram a maioria dos cursos. No Norte do Brasil não existe sequer um programa reconhecido pelo CFMV. Minas Gerais possui apenas dois cursos reconhecidos, entre eles o da UFMG.

Segundo a Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária, apenas 4% dos alunos que se formam em Medicina Veterinária estão inseridos nos programas de residência das Ifes. Com financiamento federal, esse número poderia ser maior, visto que uma das limitações enfrentadas por essas instituições está ligada à disponibilidade orçamentária para pagamento de bolsas aos residentes. O valor dessas bolsas é muito inferior ao da Residência Médica.

O curso de Residência Médico-Veterinária da Escola de Veterinária da UFMG está completando 11 anos. Foi implantado em 1998 como modalidade de pós-graduação *lato sensu*, destinada exclusivamente a médicos veterinários. É constituído pelas áreas de concentração em Clínica Cirúrgica e Obstetrícia de Grandes Animais, Clínica Cirúrgica e Obstetrícia de Pequenos Animais, Clínica Médica de Equinos, Clínica Médica de Pequenos Animais, Clínica Médica de Ruminantes, Patologia Clínica Veterinária, Patologia Veterinária, Reprodução Animal e Anestesiologia Veterinária, além de dois níveis distintos de especialização denominados de Residência Médico-Veterinária 1 e 2, com duração de 12 meses cada.

Até o momento, o curso formou 108 alunos e possui 15 residentes em fase de treinamento. Grande parte dos alunos egressos atua em órgãos públicos, como prefeituras, ministérios, laboratórios e na iniciativa privada. Outros optaram pela área acadêmica e estão inseridos em programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFMG e de outras instituições. Alguns ex-alunos são docentes renomados que atuam em instituições públicas e privadas.

Esses números e a própria abrangência da Residência em Medicina Veterinária no Brasil, em especial a da UFMG, poderiam ser mais expressivos se tal modalidade de ensino contasse, pelo menos em parte, com o apoio dispensado à residência para médicos. Alcançar esse reconhecimento continua sendo o nosso maior desafio.

***Coordenadora do Curso de Residência Médico-Veterinária da Escola de Veterinária da UFMG**

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, através de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) ou de 57 a 64 linhas de 70 toques e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

RENOVÁVEL, porém cáustico

Biocombustíveis são mais corrosivos que óleo diesel, revela pesquisa da Engenharia Metalúrgica

Foca Lisboa

Fred Lamêgo

Por serem derivados de fontes renováveis, os biocombustíveis são tidos como esperança ao anunciado esgotamento dos combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral. De acordo com a lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005, todo óleo diesel comercializado no país necessita ter em sua composição no mínimo 5% de biocombustível. Contudo, devido à origem recente dessa substância, ainda há carência de estudos a respeito de seus efeitos.

Diante disso, a mestrandia em engenharia metalúrgica Milene Luciano, sob orientação de Geralda Godoy e co-orientação de Vânia Pasa, do Departamento de Engenharia Metalúrgica da UFMG, resolveu estudar os efeitos corrosivos dos biocombustíveis de soja e macaúba em comparação aos do diesel comum quando em contato com metais do tipo ASTM-A36, utilizados para fabricação de tanques de reservatório para combustíveis aéreos.

Os resultados dos dois trabalhos desenvolvidos – um relacionando soja e diesel e o outro associando a macaúba e o combustível fóssil –, apontaram que os biocombustíveis puros (B100) são significativamente mais corrosivos que o diesel acrescido de 5% dessas substâncias (B5) e estes últimos mais que o óleo diesel puro (B0).

Os B100 tendem a degradar o material metálico com o tempo, devido à presença de triacilglicerídeos de ácidos graxos insaturados – principalmente linoléico e linolênico – que potencializam a oxidação. Além disso, eles apresentam caráter higroscópico – capacidade de absorver água – muito maior que os

combustíveis fósseis.

Estima-se que os B100 são 30 vezes mais higroscópicos que o diesel comum. Esta característica serve como indicador de potencial corrosivo. Já sobre o diesel comum é sabido que se trata de substância relativamente inerte, que produz pouca oxidação. Quando misturado ao biocombustível, ele ameniza o potencial de corrosão, já que a substância passa a ter 95% de combustível fóssil, que é menos polar e, por isso, menos reativo. Comparando os biocombustíveis de soja e macaúba e seus efeitos, a mestrandia relata que o segundo se mostrou consideravelmente mais corrosivo.

Apesar dos dados obtidos com o trabalho, a pesquisadora alerta que é cedo para afirmar que o potencial corrosivo dos biocombustíveis implicará problemas para os veículos automotivos. “Estamos na primeira etapa de uma pesquisa mais ampla. O metal que utilizamos para avaliar a capacidade corrosiva não é o mesmo usado em tanques de carros. Ele é característico de reservatórios de estocagem de combustíveis aéreos”, salienta.

Metodologia

O estudo foi realizado com a imersão parcial de amostras de aço ASTM-A36 em recipientes com B100 e B5 de soja e macaúba. Elas ficaram submersas durante 168 horas em condições de alta temperatura e pressão de oxigênio – 100° C e atmosfera de oxigênio de 710 kPa (quilopascal).

“Passado esse período, avaliamos parâmetros físico-químicos das amostras de combustíveis, acidez, teor de água, índice de peróxido e massa específica. Esses são os principais parâmetros para observar o quanto degradou e o quanto interferiu no processo corrosivo”, explica Milene Luciano.

Ainda de acordo com ela, a escolha da soja e da macaúba ocorreu por motivos distintos. A primeira se justifica devido a sua grande comercialização no Brasil. “O biocombustível de soja é o mais produzido e comercializado no país, em consequência da grande disponibilidade dessa oleaginosa. Ele equivale a aproximadamente 80% dos biocombustíveis comercializados”, destaca.

O de macaúba, em contrapartida, é a oleaginosa com maior potencial comercial, pois

seus frutos fornecem de 20% a 30% de óleo e seu rendimento gira em torno de quatro mil a seis mil quilos de óleo por hectare, quantidade acima das demais oleaginosas. Seu aproveitamento tanto para combustíveis quanto para outras áreas, como a alimentícia, tente a ser intensificado.

Segundo o artigo 6º, inciso XXIV, da lei 11.097, biocombustível é o “combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil”.



Óleo de macaúba é foco de pesquisas na UFMG

Reabertas inscrições para transferência e obtenção de novo título

Estão reabertas, até 3 de dezembro, as inscrições ao Concurso 2011 para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação da UFMG, nas modalidades Transferência e Obtenção de Novo Título. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, e o valor da taxa é de R\$136.

O processo foi reaberto em função do feriado no período final do prazo anterior (3 a 16 de novembro) e do grande número de pedidos endereçados à Comissão Permanente do Vestibular (Copeve). O edital está disponível no endereço www.ufmg.br/copeve.

EXPANSÃO de fronteiras



Arquivo ICA

Implantação de centro de pesquisas acena para novo patamar das ciências agrárias na UFMG

Ana Maria Vieira*

A 400 quilômetros da sede da UFMG, em Belo Horizonte, o campus regional de Montes Claros caminha rapidamente para reduzir distância de outra natureza dentro da Universidade, a das condições de produção de pesquisa. Sinal desse movimento foi a aprovação, em final de novembro, de novos recursos pela Finep destinados a ampliar as instalações do Centro de Pesquisas em Ciências Agrárias e a construção do Centro de Referência em Agricultura Familiar, Aquicultura, Silvicultura e Manejo Florestal Sustentável no Semiárido.

São mais R\$ 1,33 milhão para três novos laboratórios do Centro de Pesquisas – Relações Água-Solo-Planta-Atmosfera, Calorimetria Animal e Desenvolvimento e Crescimento de Plantas – e criação do Centro de Referência em Agricultura Familiar. Material de consumo e diversos equipamentos também ganharam recursos próprios, captados em projetos de pesquisa dos professores do ICA. Serão pelo menos R\$ 2 milhões, oriundos de agências públicas e privadas, além de programas de apoio à pesquisa da UFMG.

Os espaços, que estão em fase inicial de construção, com obras de terraplenagem, vão abrigar laboratórios especializados e devem catapultar a produção científica no Instituto de Ciências Agrárias (ICA), favorecendo a criação de doutorado acadêmico na área. De acordo com o diretor do Instituto, professor Delacyr Brandão, eles atenderão também à grande demanda por iniciação científica e vão pressionar por captação de novos recursos para pesquisas.

“A formação de infraestrutura para pesquisa demanda tempo de maturação. Nossa meta é que o investimento crie novas condições para a produção científica da equipe de professores

do Instituto, que, com o Reuni, duplicou, e necessita de instalações para levar à frente seus projetos”, avalia o professor Renato de Lima Santos, pró-reitor de Pesquisa da UFMG. Ele observa que o investimento permitirá consolidar a qualidade acadêmica do Instituto, no mesmo patamar da Universidade, aumentando a competitividade e inovação científica da Unidade em Montes Claros.

Projeto inicial do Centro de Pesquisas previa a instalação dos laboratórios de Biotecnologia, Controle da Poluição, Plantas Medicinais e Aromáticas, Ciência de Alimentos, Sanidade Animal e Saúde Pública e de Metabolismo Animal. Os recursos, captados em 2007 e em 2009, com chamada pública da Finep, destinavam-se especificamente ao desenvolvimento de campi regionais. À época, foram aprovados cerca de R\$ 1,3 milhão e R\$ 2 milhões, conforme consta em documento sobre os projetos produzido pela UFMG. Já os valores liberados este ano, pelo mesmo programa da Finep, servirão para expansão do Centro.

Colaboração

Multiusuário e multidisciplinar são as palavras-chaves para compreender o novo arranjo de produção científica no Centro de

Pesquisas. A ideia é que grupos do campus regional possam interagir entre si e com o setor produtivo local e regional, ao mesmo tempo em que favoreçam a formação de recursos humanos qualificados. Como consta em projeto do Centro, suas instalações estão planejadas para obter certificação de qualidade na área governamental e privada.

De acordo com o pró-reitor de Pesquisa da UFMG, a Universidade pretende também propor programa de mobilidade para mestrandos do Instituto, a fim de incrementar a estratégia de fortalecimento local. “Eles ficariam de quatro a seis meses em unidades em Belo Horizonte, para fomentar a colaboração entre áreas afins e a qualidade de produção do ICA”, antecipa.

Além das atividades acadêmicas e de pesquisa, o ICA presta serviços diversos à comunidade local, como análise de solos e assessoria técnica em agronomia, zootecnia e gestão ambiental. A unidade está instalada em fazenda experimental localizada a sete quilômetros de Montes Claros.

*Colaborou Maria Fernanda Ruas

Agricultura familiar

Cenas de agricultores refazendo junto a estudantes e professores o dia a dia da produção em uma unidade familiar podem se tornar comuns dentro da academia, com a criação do Centro de Referência em Agricultura Familiar. Os estudos devem trazer à tona informações sobre técnicas produtivas de baixo impacto ambiental e sobre recursos genéticos adaptados por esses grupos para o semiárido e que tenham finalidade alimentar, medicinal ou ornamental.

O Centro será erguido em área de 80 hectares em Montes Claros, doada pela União. Além de abrigar o laboratório de etnociência da agricultura familiar, o espaço terá também laboratórios de silvicultura, manejo florestal e de aquicultura, com tanque para criação de peixes de dois mil metros quadrados. A ideia é que ampliem o conhecimento sobre preservação de solos e de espécies vegetais e animais do cerrado – bioma que se encontra ameaçado. De acordo com projeto apresentado à Finep, os dados produzidos pelos laboratórios podem subsidiar políticas públicas para o Norte mineiro.

Estudo contraria noção de que anemia **FALCIFORME** é doença de negros

Ana Rita Araújo

Historicamente associada a pacientes negros, a anemia falciforme atinge no Brasil indivíduos altamente miscigenados, 15% dos quais com componente europeu de ancestralidade superior a 85%. “Esses dados demonstram que, em um país miscigenado como o nosso, a noção de doenças étnicas ou raciais não é cientificamente adequada”, afirma Maria Clara Fernandes da Silva, que defendeu, no Programa de Pós-Graduação em Genética, tese sobre padrões geográficos de ancestralidade genômica em Minas Gerais para o caso da doença falciforme.

Produto de parceria entre a UFMG e a Fundação Hemominas, o estudo alcançou todo o território mineiro, a partir da avaliação de duas amostras populacionais: doadores de sangue e pacientes com doença falciforme. A análise global dos portadores da doença revelou que 11,05% dos indivíduos têm alto nível de miscigenação africana e 15,58%, alto nível de miscigenação europeia, enquanto a vasta maioria (73,37%) apresenta níveis intermediários de miscigenação.

De acordo com a pesquisadora, o estudo demonstra que a enfermidade, que um dia foi considerada doença de ‘negros’, pode atingir indivíduos com grandes proporções de ancestralidade europeia, embora seja inegável a relação entre a doença falciforme e o continente africano, dada a origem geográfica da mutação responsável por essa desordem nos glóbulos vermelhos do sangue. A ideia de que a doença falciforme é específica da ‘população negra’ e não atingiria indivíduos com elevada miscigenação europeia é um equívoco, reforçado tanto pela mídia quanto por materiais institucionais de divulgação sobre essa alteração genética.

Maria Clara realizou a análise genética por meio de Marcadores Informativos de Ancestralidade (MIAs). Tal genotipagem permitiu constatar a ocorrência de variações nas contribuições africana, europeia e ameríndia para a constituição das populações das diferentes regiões mineiras nas duas amostras pesquisadas. A grande extensão territorial e a ocupação heterogênea de Minas Gerais resultaram em uma alta variabilidade nos índices de miscigenação entre os municípios. Por isso, diz a pesquisadora, estudos com amostragem restrita a um município ou a uma região do estado podem não fornecer

resultados passíveis de serem extrapolados para todo o território mineiro e tampouco para a região Sudeste do país.

Exemplos dessas diferenças de graus de miscigenação entre as regiões do estado podem ser vistos em municípios como Diamantina e Manhuaçu. Enquanto em Diamantina a proporção de doadores de sangue com alta ancestralidade africana ou europeia não chegou a 17% – ou seja, mais de 83% dos indivíduos amostrados eram altamente miscigenados –, em Manhuaçu 60% dos indivíduos eram pouco miscigenados e demonstraram possuir ancestralidade africana ou europeia superior a 85%.

Povoamento

Outra observação de peso que emergiu da análise dos resultados obtidos no estudo relaciona-se a aspectos históricos do povoamento do Estado. Maria Clara detectou uma “aparente falta de correlação entre a proporção de ancestralidade africana das populações regionais atuais e o número de escravos africanos que habitavam essas regiões no passado”. Segundo ela, o estudo de doadores de sangue sugere que, em Minas Gerais, dados históricos e demográficos a respeito da população escrava africana no período colonial podem não ser bons preditivos do grau de ancestralidade africana das populações regionais urbanas atuais.

A pesquisadora cita o exemplo Montes Claros, situado em uma região que teve baixa proporção de escravos e, no entanto, a miscigenação africana entre os doadores de sangue amostrados no município é a terceira maior entre as localidades estudadas. “Isso se deve provavelmente à proximidade geográfica e influência historicamente documentada da Bahia, o estado brasileiro com maior proporção de pessoas que se autodeclararam pretas, segundo o IBGE”, comenta a pesquisadora.

A doença

A anemia falciforme é caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice em condições de desoxigenação, daí o nome falciforme. No Brasil, é a doença hereditária monogênica mais comum, atingindo, segundo o Ministério da Saúde, cerca de 30 mil indivíduos, com incidência de 3,5 mil novos casos a cada ano. Em Minas Gerais, estima-se o nascimento de uma criança com anemia falciforme para cada 2,5 mil recém-nascidos vivos. “Esses números, em conjunto com as características clínicas da doença, fazem da anemia falciforme um problema de saúde pública”, diz a pesquisadora, que trabalha na Fundação Hemominas, instituição referência no estado e responsável pelo seguimento clínico-hematológico desses pacientes. O acompanhamento é realizado nas unidades regionais da instituição, por equipes multidisciplinares.

Tese: *Padrões geográficos de ancestralidade genômica em Minas Gerais: o caso da doença falciforme*

Autora: Maria Clara Fernandes da Silva

Orientador: Eduardo Tarazona

Co-orientadora: Marina Lobato Martins

Defesa: dia 12 de novembro de 2010, junto ao Programa de Pós-graduação em Genética



Maria Clara estudou doadores de sangue e pacientes com a doença falciforme

Reynaldo Muniz e Paula Ribeiro assumem **DIREÇÃO** da **FACE**

Nova gestão pretende trabalhar pela consolidação da infraestrutura de ensino e pesquisa

Giselle Ferreira

Os professores Reynaldo Maia Muniz, do Departamento de Ciências Administrativas, e Paula de Miranda Ribeiro, do Departamento de Demografia, tomam posse nesta segunda, 29 de novembro, como diretor e vice-diretora da Faculdade de Ciências Econômicas (Face). A cerimônia será realizada às 19h, no Auditório 4 da Faculdade, no campus Pampulha.

Reynaldo Maia Muniz, vice-diretor na gestão do professor José Alberto Magno de Carvalho, assume agora a direção da Unidade e pretende trabalhar para manter e aperfeiçoar a infraestrutura necessária para a evolução do ensino e da pesquisa na Unidade. Segundo ele, as prioridades são as tecnologias de informação e os laboratórios de microdados, um dos principais eixos de pesquisa da Faculdade.

O professor destaca que a Face já presta grande serviço à comunidade acadêmica, ao

manter uma biblioteca com funcionamento 24 horas, mas que ainda ambiciona transformá-la em referência na área das ciências sociais aplicadas no Brasil.

Para Reynaldo, outra missão importante da nova diretoria será assegurar a revisão dos processos pedagógicos, de forma a possibilitar, com êxito, a consolidação do processo de implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “Os cursos de Relações Internacionais e de Controladoria e Finanças começaram este ano. Para incorporar os novos alunos, precisamos aperfeiçoar o funcionamento da Unidade”, afirma.

Nos últimos quatro anos, a Face vem passando por um processo de integração ao campus Pampulha, considerado importantíssimo pelo professor. “Pretendemos estar cada vez mais presentes nos assuntos da Universidade”, conclui.

Trajetórias

Reynaldo Maia Muniz possui graduação em Engenharia Química (1978), mestrado em Ciência Política pela UFMG (1984) e doutorado em Ciência Política e Administração Pública pela Universidad Complutense de Madrid (1998). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: estratégia e estrutura organizacional, teoria das organizações, governança corporativa, teoria da firma, poder nas organizações e políticas públicas.

Paula de Miranda Ribeiro é graduada em Ciências Econômicas (1989) e mestre em Demografia pela UFMG (1993), doutora em Sociologia e Demografia pela University of Texas at Austin (1997) e pós-doutora pela University of Texas at Austin (2009-10). Tem experiência na área de demografia, com ênfase em saúde reprodutiva, raça, métodos qualitativos e juventudes. Recentemente, iniciou estudos que relacionam demografia e religião.

Resoluções

Resolução nº 17/2010, de 16 de novembro de 2010

Estabelece a composição do Colegiado do Curso de Dança

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando a proposta encaminhada pela Egrégia Congregação da Escola de Belas Artes, sede do Curso de Dança, e a manifestação da Câmara de Graduação, resolve:

Art. 1º - Estabelecer a seguinte composição para o Colegiado do Curso de Dança:

- I - Coordenador;
- II - Subcoordenador;

III - 01 (um) docente (efetivo e suplente) pertencente ao Departamento de Fotografia, Teatro e Cinema da Escola de Belas Artes;

IV - 01 (um) docente (efetivo e suplente) pertencente ao Departamento de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes;

V - 01 (um) docente (efetivo e suplente) pertencente ao Departamento de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

VI - representação discente, na forma prevista no Estatuto (artigo 78, § 1º) e Regimento Geral da UFMG (artigo 102, §§ 1º ao 5º).

§ 1º Os docentes previstos nos incisos III a V do caput deste artigo serão indicados, juntamente com os respectivos suplentes, pelas Câmaras Departamentais pertinentes, para mandato vinculado de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º Quando o cálculo da representação discente resultar em fração, o número de representantes será o inteiro imediatamente superior, desde que esse número não ultrapasse um quinto do total dos membros do órgão, já acrescido da representação.

Art. 2º - O Coordenador e o Subcoordenador serão docentes da Universidade, eleitos pelo

plenário do Colegiado, por maioria absoluta de votos, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. A escolha do Coordenador ou do Subcoordenador, quando recair entre os membros do Colegiado, implicará a indicação de nova representação.

Art. 3º - Até a eleição do primeiro Coordenador e do primeiro Subcoordenador do Colegiado, essas funções serão desempenhadas por Coordenador e Subcoordenador pro tempore, indicados pela Diretoria da Escola de Belas Artes.

Art. 4º - O Colegiado do Curso de Dança deverá estar plenamente constituído, com seu Coordenador e Subcoordenador, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da aprovação da presente Resolução.

Art. 5º - A presente Resolução entre em vigor nesta data.

Professor Clélio Campolina Diniz

Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Combate à DENGUE

O Departamento de Gestão Ambiental da UFMG e a Gerência Regional de Controle de Zoonoses Pampulha da Prefeitura de Belo Horizonte promoverão, nesta quinta-feira, dia 2 de dezembro, o Dia D de Combate à Dengue na UFMG. A mobilização, que começa às 9h na Praça de Serviços, constará de montagem de estande com material informativo sobre a doença e vistoria nas unidades para detecção de criadouros do vetor da dengue por agentes da PBH.

Além disso, servidores da Divisão de Áreas Verdes e do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais intensificarão a limpeza e recolhimento de possíveis criadouros nas áreas internas, externas e comuns do campus, com ênfase em regiões marginais, aceiros e bordaduras dos fragmentos florestais.

APOSENTADOS do campus saúde

A Associação dos Funcionários Aposentados do campus Saúde (Afamed) comemora, na próxima segunda-feira, dia 6, seu aniversário de 25 anos, com um evento no Salão Nobre da Faculdade de Medicina a partir de 14h. A entrada é aberta ao público. Uma das fundadoras, Maria Margarida Rosa, falará sobre a história da entidade, cujos objetivos são estimular a participação dos associados nas lutas reivindicatórias da categoria; incentivar a interação com a sociedade; defender a universidade pública e gratuita; trocar informações de interesse dos aposentados e promover atividades de lazer e programas socioculturais.

Recursos MINERAIS

Estão abertas até 14 de janeiro as inscrições para o curso de especialização em Engenharia de Recursos Minerais, oferecido pela Escola de Engenharia da UFMG. Lavra, processamento mineral e meio ambiente na mineração são as áreas de concentração do curso, aberto a profissionais que atuam em mineração. A ficha de inscrição está disponível na página eletrônica do Departamento de Engenharia de Minas (www.demin.ufmg.br). Mais informações na secretaria do Departamento, pelo telefone (31) 3409-1860.



GANDARELA e CARAÇA

Será realizado na terça-feira, 30 de novembro, e quarta, 1º de dezembro, no auditório do IGC, o Seminário *O olhar da UFMG sobre as serras do Gandarela e do Caraça: patrimônio socioambiental e sustentabilidade*, organizado pelo curso de Turismo da UFMG.

O evento reunirá professores de várias áreas da UFMG – IGC, ICB, EBA e Fafich – que discutirão aspectos relacionados às serras do Gandarela e Caraça, patrimônios histórico-ambientais de Minas Gerais que, apesar de relativamente bem conservados, sofrem a pressão da ocupação urbana irregular e da exploração mineral – as duas serras estão localizadas em pleno Quadrilátero Ferrífero, área rica em minério de ferro.

O seminário é aberto à comunidade acadêmica à UFMG e aos integrantes do movimento pela preservação da Serra do Gandarela. As inscrições custam R\$ 15 e podem ser feitas pelo e-mail seminariogandarela@gmail.com. Mais informações no blog seminariogandarela.blogspot.com.

MÉRITO médico

Cinco professores da Faculdade de Medicina da UFMG – Ennio Leão, Enio Roberto Pietra Pedroso, Francisco Eduardo de Campos, João Carlos Pinto Dias e José Saraiva Felipe – receberam, no último dia 24, em Brasília, a Ordem do Mérito Médico, concedida pelo Ministério da Saúde. José Agenor Álvares da Silva, ex-aluno da Faculdade de Farmácia e coordenador do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (Nescon) da Faculdade de Medicina da UFMG (1992/1993), também foi agraciado com a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz na categoria Ouro.

Saraiva Felipe (coordenador do Nescon entre 1990 1991) foi homenageado na classe de grã-cruz. Francisco Eduardo de Campos, coordenador licenciado do Nescon, recebeu a condecoração de grande-oficial pela sua contribuição para a educação médica. Ennio Leão e Enio Pedroso viraram comendadores da ordem, em reconhecimento à criação de uma importante escola de pediatria social e pela humanização da prática médica. Também na categoria comendador, João Carlos Pinto Dias foi reconhecido por relevante participação nos estudos da doença de Chagas.

Os agraciados foram anunciados por decreto presidencial, após indicação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

TV UFMG

Será realizado no dia 4 de dezembro o IV Workshop da TV UFMG. Durante o evento, aberto a estudantes da UFMG e de outras faculdades de comunicação, serão selecionados os estagiários para período de férias e para compor a equipe da emissora em 2011.

Apuração e redação de pautas, produção de texto para *stand-up* e preparação de roteiros são alguns dos temas abordados. Durante a abertura, o coordenador geral da TV UFMG, Luiz Henrique Batista, falará sobre formação complementar e os desafios da TV Universitária. Em seguida, Elói Oliveira, repórter da TV Bandeirantes e Rádio BandNews, discutirá os desafios da reportagem de TV.

O workshop será realizado das 8h às 17h, no auditório 1 da Face, no campus Pampulha. Para se inscrever, os interessados devem enviar currículo para o endereço tvufmg@ufmg.br. Outras informações pelo telefone 3409-4569.

A TV UFMG integra o Canal Universitário de Belo Horizonte, veiculado em emissora local a cabo – canais 12 da NET e 14 da Oi TV.

Liberdade para **VOTAR** e ter **FILHOS**

Estudo inédito no Brasil associa opção partidária e comportamento reprodutivo

Clarice Cerqueira

Se hoje a decisão sobre quantos filhos se quer ter está circunscrita a uma esfera estritamente pessoal, há cerca de três décadas essa escolha no Brasil poderia estar relacionada à opção por um dos dois partidos que mediam forças no cenário político, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A associação entre voto e fecundidade é um dos eixos de estudo inédito no Brasil desenvolvido no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar), da Face, e defendido recentemente como tese de doutorado. “Minha intenção foi explorar a relação entre o sufrágio e o comportamento reprodutivo brasileiro no período em que vigorava o bipartidarismo político”, comenta o sociólogo e doutor em demografia Everton Emanuel Campos de Lima, autor do estudo.

Para estabelecer essa associação, Everton Lima observa que, na década de 1980, os lugares onde o MDB tinha maior presença apresentavam, em média, um tamanho familiar 3% inferior ao dos municípios arenistas. “Quem votava no MDB rompia com a ideia do controle comunitário sobre a política, marca da aliança entre os coronéis e o partido do governo, a Arena. O eleitor passou a ser orientado por valores individuais e democráticos e começou a escolher em quem votar e, possivelmente, o número de filhos que iria ter”, diz o demógrafo.

Hegemônicos nos chamados ‘grotões’ – expressão cunhada por Tancredo Neves, uma das principais lideranças do MDB –, os coronéis determinavam em quem as pessoas deveriam votar e apadrinhavam a formação de proles numerosas. “Para os coronéis, quanto mais filhos, melhor. Mais lavradores eles teriam para trabalhar em suas terras”, diz Everton Lima.

As áreas sob o domínio do MDB estavam concentradas no Sul e Sudeste do país, em especial nas regiões metropolitanas, onde a transição demográfica e a sociedade de consumo concretizaram-se mais rapidamente. “Com o êxodo rural e a consolidação de um mercado de trabalho formal nas cidades, os trabalhadores já não tinham mais estímulos para ter muitos filhos”, lembra Lima.

Fator residual

Embora seu estudo se baseie nos dados do Censo Demográfico de 1980, Everton Lima ressalva que a mudança no comportamento reprodutivo brasileiro havia começado antes, em meados da década de 60. “Claro que outras condições sociais e econômicas precipitaram essa transição demográfica, mas quis abordar uma fator residual – a relação entre o voto e a opção de escolher o tamanho das famílias –, que ainda não havia sido explorada no Brasil”, completa.

De acordo com o autor, esse efeito perdurou e até se aprofundou nas décadas seguintes. Dados extraídos de edições mais recentes do Censo revelam que, nas áreas dominadas pelo MDB nos anos 1970, os níveis reprodutivos eram 10% (1991) e 15% (2000) inferiores às localidades em que a Arena prevaleceu no passado.

O demógrafo também cruzou informações entre escolaridade feminina e a supremacia política nos municípios. “O nível de instrução é fator crucial para a queda das ta-



Everton Lima: voto e fecundidade no Brasil

xas de fecundidade. Por isso, usei essa variável como base de comparação”, justifica Everton. Suas simulações mostraram que uma mulher moradora de cidade emedebista tinha, em média, número de filhos equivalente ao de uma mulher residente em um município arenista, mas com um ano a mais de estudo. “Isso significa que o efeito de um reduto eleitoral emedebista sobre a média de filhos de uma mulher era idêntico ao ganho de um ano de estudo”, conclui o pesquisador.

Tese: *Voto e fecundidade no Brasil: o efeito do processo eleitoral durante o regime militar sobre a mudança de comportamento reprodutivo brasileiro*

Autor: Everton Emanuel Campos de Lima

Orientador: Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto (Face/UFGM)

Co-orientadora: Cibele Comini César (Icex/UFGM)

Programa: Pós-graduação em Economia e Demografia da Face

Defesa: em 14 de outubro de 2010